



# PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA **PAINT-2012**

## SUMÁRIO

1. Introdução.....	3
2. Instituição .....	3
3. Auditoria Interna – AUDINT.....	4
3.1 Objetivo.....	4
3.2 Composição da Auditoria Interna.....	4
4. Do Plano Anual de Auditoria Interna – PAINTE .....	4
4.1 Fatores Considerados na Elaboração do PAINTE.....	5
4.2 Aspectos Gerais do Plano Anual de Auditoria Interna – PAINTE.....	6
5. Considerações Finais.....	7
6. Anexos.....	8

# Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – 2012- IFS

---

## 1. INTRODUÇÃO

O Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Sergipe - IFS, contém a programação dos trabalhos da unidade de auditoria interna da entidade para execução no exercício de 2012. Sua elaboração levou em conta os planos, metas e objetivos traçados no planejamento estratégico da instituição, programas e políticas gerenciados ou executados indicados na Proposta de Lei Orçamentária para o referido exercício, a legislação aplicável à entidade, os resultados dos últimos trabalhos de auditoria realizados, especialmente aqueles oriundos da Controladoria-Geral União - CGU, do Tribunal de Contas da União.

## 2. INSTITUIÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe, criado pela Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, integra a Rede Federal de Educação Científica e Tecnológica vinculada ao Ministério de Educação. É uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular, organizada em estrutura *multicampi* e descentralizada, com natureza jurídica de autarquia e autonomia administrativa, patrimonial, didático-pedagógica e disciplinar, respeitadas as vinculações nela previstas.

A Estrutura Administrativa *multicampi*, com proposta orçamentária anual identificada para cada campus e a reitoria, exceto no que diz respeito ao pessoal, encargos sociais e benefícios aos servidores, é composta atualmente por 07 (sete) unidades gestoras conforme TABELA 1- Quadro Demonstrativo das Unidades Gestoras, em anexo. Quatro unidades em funcionamento em sede própria - Reitoria, Campus Aracaju, São Cristóvão e Lagarto, e 03 (três) unidades funcionando em espaços provisórios, até que sejam concluídas as obras de suas respectivas sedes, a saber: Estância e Nossa Senhora da Glória em espaços cedidos pelos municípios, e Itabaiana, em espaço cedido pelo Estado de Sergipe.

Com o plano de expansão da Rede Federal de Educação Superior e Profissional e Tecnológica anunciado pelo Governo Federal no início do segundo semestre de 2011, que cria 120 novos campi nos institutos federais, o Estado de Sergipe será contemplado com 04 (quatro) novas unidades. Os municípios beneficiados são Nossa Senhora do Socorro, Poço Redondo, Propriá e Tobias Barreto, cidades que foram selecionadas a partir de um conjunto de critérios técnicos definidos pelo Governo Federal, nos quais estão sendo realizadas audiências públicas, cujo objetivo é definir, com ampla participação da sociedade civil, a oferta de cursos que atendam as demandas daquelas regiões.

A Proposta de Lei Orçamentária Anual - PLOA prevista para o IFS no exercício de 2012 é no montante de R\$ 126.156.792,00 (cento e vinte e seis milhões, cento e cinquenta e seis mil e setecentos e noventa e dois reais), distribuídos nos programas e ações governamentais, considerando as metas previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, para serem desenvolvidas através do plano de ação institucional. Conforme dispõe o Estatuto, a proposta orçamentária anual é identificada para cada campus e a reitoria, exceto no que diz respeito ao pessoal, encargos sociais e benefícios aos servidores. Os recursos orçamentários serão recebidos pela UG Reitoria e descentralizados para a (s) unidade (s) gestora (s) de acordo com o termo de ajuste ou documento equivalente, assim disposto na Instrução Normativa nº

## Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – 2012- IFS

---

01/2011 da Pró-Reitoria de Administração do IFS que versa sobre os procedimentos operacionais para execução orçamentária. Em anexo, TABELA 2 - Proposta de Lei Orçamentária Anual – PLOA/2012.

### **3. AUDITORIA INTERNA - AUDINT**

O Estatuto do IFS, aprovado através da Resolução nº 12 de 19 de agosto de 2009, publicado no DOU em 20 de agosto de 2009, alterado pela Resolução nº 16, de 06 de maio de 2011, publicado no DOU em 27 de setembro de 2011, alterado pela Resolução nº 29, de 13 de julho de 2011, publicado no DOU em 22 de julho de 2011, contempla a Auditoria Interna em sua organização administrativa, como órgão técnico de assessoramento do Conselho Superior, responsável por fortalecer a gestão e racionalizar as ações do Instituto, bem como de prestar apoio, dentro de suas especificidades no âmbito da Instituição, aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal - em conformidade com o disposto na Instrução Normativa nº 01/SFCI de 06 de abril de 2001 - e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente.

#### **3.1 OBJETIVO**

A Auditoria tem por objetivo primordial agregar valor a gestão, apresentando subsídios para o aperfeiçoamento dos processos, da gestão e dos controles internos, por meio de orientações, recomendações, e demais atividades necessárias ao cumprimento da legislação aplicável, para a promoção dos objetivos institucionais – eficiência, eficácia, efetividade e economicidade.

#### **3.2 COMPOSIÇÃO DA AUDITORIA INTERNA**

A equipe de Auditoria Interna do IFS até outubro de 2011, era composta por 06 membros, sendo 04 (quatro) auditores, 01 (um) Assistente de Auditoria, e 01 (uma) estagiária, lotados da seguinte forma: Na Reitoria, 01 (um) Auditor, 01 (um) Assistente de Auditoria e 01 (uma) Estagiária; 01 (uma) Auditora no Campus Aracaju; 01(um) Auditor no Campus São Cristóvão e (01) Auditor no Campus Lagarto. Em 27/10/2011, com a publicação da Portaria do Ministério da Educação nº 1.399, que redistribuiu o auditor interno lotado na Reitoria para o IFRN, teve-se como contrapartida um cargo vago. Em consequência, promoveu-se a remoção da Auditora do Campus Aracaju para a Reitoria, efetivada através da Portaria nº 1816, de 13/12/2011, e a nomeação de novo auditor para a vaga do referido Campus, esta ainda não ocupada até a presente data, 28/02/2012. A atuação dos auditores em suas respectivas unidades será concomitante; poderá ser conjunta e centralizada, eventualmente, conforme a ação a ser executada. Em anexo, TABELA 3 – Quadro demonstrativo da composição da Auditoria Interna, em 28/02/2012.

### **4. DO PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA - PAINT**

O Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT 2012, elaborado em cumprimento ao estabelecido na Instrução Normativa CGU nº 07, de 29/12/2006, alterada pela IN CGU nº 09,

## Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – 2012- IFS

---

de 14/11/2007, em consonância com a Instrução Normativa CGU nº01 de 03 de janeiro de 2007 e com o Decreto 3.591/00 e suas alterações, contempla as ações de auditoria por área de gestão a serem implementadas nas diversas unidades gestoras em funcionamento, que integram o Instituto Federal de Sergipe.

Os procedimentos e as técnicas de auditoria a serem utilizadas, quando da execução do plano, constituem o conjunto de verificações e averiguações que permitirão obter evidências ou provas suficientes e adequadas quando da análise às informações, para a formulação e fundamentação da opinião da equipe de auditoria, que depois as processará e levará ao conhecimento do auditado e da administração. O cumprimento do PAINT, através dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna do IFS têm como finalidades básicas, fortalecer a gestão e racionalizar as ações de controle.

As ações previstas no Plano Anual de Auditoria Interna serão executadas pelos auditores nos respectivos campi concomitantemente, à exceção das ações de Elaboração do Plano Anual de Auditoria – Paint/2013, de Elaboração do Relatório Anual de Auditoria-Raint/2011, bem como de outras atividades que, pela excepcionalidade, possam demandar, quando da sua execução, atuação conjunta e centralizada dos auditores, cujos trabalhos nesses casos, serão realizados na unidade gestora Reitoria.

### 4.1 FATORES CONSIDERADOS NA ELABORAÇÃO DO PAINT

Influenciaram na elaboração do PAINT/2012 os seguintes fatores:

- o efetivo de pessoal lotada na Auditoria Interna;
- necessidades da instituição;
- atendimento a solicitações internas;
- observações efetuadas no transcorrer do exercício anterior;
- fragilidade nos controles internos, contábeis, financeiros, fiscais, orçamentários, operacionais e administrativos;
- orientações/recomendações da CGU e determinações do TCU;

A nomeação de 04 (quatro) auditores, viabilizou a implementação de auditorias em nível de campi, e pressupõe o cumprimento da meta de estruturação de auditorias contemplada no planejamento estratégico 2009-2014 do IFS.

Os planos e metas concebidos para o IFS em 2012 estão em consonância com a sua missão institucional. Contemplam o ensino, pesquisa, extensão, inclusão social, administração, pessoal, infraestrutura. Objetivam fortalecer o Programa Educação Profissional e Tecnológica, especialmente na ação Expansão e Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, cujas atividades demandarão considerável volume de recursos, conforme indicado na PLOA/2012. Para a consecução de tais objetivos, as atividades de controle desenvolvidos pela AUDINT, em todas as áreas de gestão objeto deste Plano, em consonância com o disposto na Instrução Normativa SFCI/MF nº 01/2001, observarão as variáveis de materialidade, relevância e criticidade, em relação ao percentuais estabelecidos para o escopo dos trabalhos.

Em observância à materialidade, serão considerados os processos de valor mais expressivo em relação aos recursos orçamentários/financeiros alocados para o exercício, conforme unidade, sistema, área, processo, programa ou ação. Conforme seja o ponto de controle específico, como exemplo a ação de expansão e reestruturação, será observada a relevância do processo para o atingimento da missão institucional. Será avaliada também a criticidade (o grau de risco) na seleção da amostra na unidade ou programa auditado. Nesse sentido, será verificada a condição imprópria, por ilegalidade, por ineficácia ou por

## Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – 2012- IFS

---

ineficiência de situação que expresse a não-aderência normativa e os riscos potenciais a que estão sujeitos os recursos utilizados.

O atendimento as solicitações internas, com ênfase no assessoramento à gestão, permitirá um melhor gerenciamento dos processos e uma atuação mais eficiente e eficaz na realização das atividades e dos procedimentos, em todos os setores, constituindo assim, objeto de ação contínua no plano anual de auditoria.

Com base em observações feitas durante o exercício corrente, sentiu-se a necessidade de reprogramar períodos mais adequados à aplicação das ações de auditoria conforme o objeto de análise; de inserir a área 05 -Gestão patrimonial, que tem por objeto o controle de veículos e registro dos termos de responsabilidade/inventário anual de bens móveis, tendo em vista a necessária ação de controle nesta área bem como em decorrência de solicitação nesse sentido, feita pela CGU; de ampliar a área 04 – Gestão de Suprimento de Bens e Serviços, inserindo o objeto Ata de Registro de Preços em função do volume de contratações dessa natureza, bem como outras adequações pontuais.

A Avaliação dos Sistemas de Controles Internos existentes e o grau de segurança oferecido por cada um, busca evidenciar a correta aplicação dos recursos públicos; a proteção sistemática do patrimônio do Instituto; constatar se a Legislação aplicável aos processos está sendo observada pelos diversos setores em todas as unidades, bem como as normas internas em nível de campi e em nível institucional; Apresentar sugestões de melhoria, após a execução dos trabalhos de auditoria, visando a racionalização dos procedimentos e aprimoramento dos controles existentes e, em não havendo, implantá-los.

As orientações e recomendações da CGU, bem como as determinações do TCU fazem com que a AUDINT visualize quais os controles da instituição estão fragilizados, levando a mesma a atuar nestas áreas visando melhorar os controles da gestão.

### **4.2 - ASPECTOS GERAIS DO PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA -PAINT**

O PAINT 2012 abrange o período de 01/01 a 31/12/2012. Para viabilizar a sua execução, a equipe de auditoria interna utilizará os acessos aos sistemas do governo como SIASG, SIAFI, SIAPE e SIMEC, realizando seus trabalhos com base nos dados e informações coletadas nesses sistemas, com base nos regulamentos, normativos e orientações internos, na legislação aplicável às ações e respectivas áreas de gestão auditadas. Cabe a Auditoria, na execução das atividades, elaborar papéis de trabalho sistematizados para auxiliar no filtro das informações relevantes. Enfim, desenvolverá seu trabalho à semelhança dos exercidos pelos órgãos de controle interno do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, conforme disposto na IN/SFC nº 01/2001 de 06/04/2001, contudo produzindo ações específicas e tempestivas nas seguintes áreas de gestão:

#### **- Controles de Gestão:**

- 1 -Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna – RAINTE (elaboração do realizada em conformidade com o Título II da Instrução Normativa Nº 07, DE 29 DE DEZEMBRO 2006);
- 2 -Plano anual de Atividades da Auditoria Interna – PAINT (Realizar o planejamento do exercício seguinte da unidade de Auditoria Interna);
- 3 -Processo de Contas Anual (observar as demonstrações contábeis e o Relatório de Gestão);
- 4 –Planejamento Estratégico (Verificar e acompanhar os procedimentos realizados para cumprimento dos objetivos estratégicos e das metas definidas no Planejamento do IFS);
- 5 -Cumprimento das determinações do TCU e das recomendações da CGU (Acompanhar os atos da Gestão no tocante ao desenvolvimento das recomendações e determinações da CGU e do TCU);
- 6 -Assessoramento a Gestão (orientar a gestão no sentido de realizar a suas atividades

## Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – 2012- IFS

---

conforme a legislação).

### **- Gestão Financeira :**

1 – Suprimento de Fundos (Verificar o cumprimento da legislação, no que concerne a utilização do cartão corporativo).

### **- Gestão de Pessoas :**

1 – Auxílio Transporte ( analisar os procedimentos internos para que seja concedido o auxílio ao servidor);

2 – Adicional de Insalubridade e Periculosidade (Identificar se os adicionais de Insalubridade e periculosidade concedidos aos servidores do IFS estão em conformidade com a legislação pertinentes);

3- Diárias e passagens (Verificar o cumprimento da legislação vigente, bem como a prestação de contas no sistema SCDP).

### **- Gestão de Suprimentos de Bens e Serviços:**

1-Processos Licitatórios (verificar nos editais de licitação se está conforme a legislação vigente)

2 - Processos de Dispensa e Inexigibilidade de licitação (verificar a formalização dos processos de modo a assegurar o atendimento as exigências legais pertinentes);

3 -Contratos (verificar o registro no SIASG e cumprimento da legislação vigente, prazo, fiscalização, cronograma físico financeiro do contrato);

4 -Convênios (analisar a transferência de recursos financeiros oriundos da união, o objetivo do convênio e outros);

5 – Ata de registro de preços (analisar as contratações através das adesões de atas de registro de preço e a sua adequação à legislação aplicável).

### **- Gestão Patrimonial:**

1-Registro dos termos de responsabilidade e Inventários anuais de bens móveis e imóveis (verificar a eficácia e eficiência do controle da guarda, utilização e conservação dos bens móveis);

2-Controle dos Veículos (acompanhamento do controle e utilização da frota de veículos).

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Auditoria Interna dará conhecimento à Autoridade Superior da Autarquia, aos Dirigentes dos Campi e dos setores auditados, dos resultados dos trabalhos realizados, através de Relatórios/documentos, os quais serão encaminhados às respectivas unidades de controle interno, em até 60 (sessenta) dias após sua edição. Prestará a assistência necessária aos auditores da CGU e do TCU, quando presentes no IFS, bem como acompanhará, através do plano de providências, o atendimento às recomendações efetuadas pelos mesmos

As Auditorias Especiais que venham a ser solicitadas, serão atendidas conforme o grau de prioridade das demandas recebidas. Ao longo do exercício, o cronograma de execução dos trabalhos poderá sofrer alterações em função de fatores que prejudiquem a sua realização no período estipulado, tais como: treinamentos, trabalhos especiais em razão de denúncias, demandas especiais do Tribunal de Contas da União - TCU, da Controladoria-Geral da União – CGU, Ministério Público Federal e ainda do Conselho Superior da Autarquia, do qual a Auditoria

## Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – 2012- IFS

---

Interna é órgão técnico de assessoramento.

Ressaltamos ser imprescindível a capacitação dos servidores lotados no Setor de Auditoria Interna. A participação destes em cursos, seminários, fóruns, otimizam o desempenho do setor através do aperfeiçoamento de métodos e técnicas de auditoria, tornando suas atividades conseqüentemente mais eficazes e eficientes. Dentre as possibilidades de capacitação, destacam-se: o Fórum Nacional dos Auditores Internos das Instituições Federais Vinculadas ao Ministério da Educação – FONAI/MEC – dois eventos anuais - os quais são oportunidades exclusivas para os auditores compartilharem experiências, interagir com as demais Auditorias Internas das Instituições Federais vinculadas ao Ministério da Educação, bem como de adquirir informações específicas do trabalho e de interesse da Instituição; os eventos promovidos pela CGU, inclusive em outros órgãos e instituições públicos, e os ofertados pelo TCU – respectivamente órgão de controle interno e externo da gestão dos Institutos Federais, e também os ofertados por outros órgãos e entidades como ENAP, ESAF, etc.

### 6. ANEXOS

As atividades da Auditoria Interna para o exercício 2012 constarão detalhadas nas tabelas/Anexos que são parte integrante deste Plano Anual de Auditoria -PAINT, quais sejam:

- Tabela 1 – Quadro Demonstrativo das Unidades Gestoras do IFS
- Tabela 2– Proposta de Lei Orçamentária Anual – PLOA/2012
- Tabela 3– Composição da Auditoria Interna
- Tabela 4 – Cálculo dos dias úteis e das horas trabalhadas
- Tabela 5 – Cálculo mensal das horas por ação
- Anexo I: Plano de Atividades de Auditoria PAINT/2012
- Anexo II: Detalhamento das ações de desenvolvimento institucional e capacitação

#### QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES GESTORAS

<b>UNIDADE GESTORA</b>	<b>GESTÃO</b>	<b>CAMPI</b>
158134	26423	REITORIA
158392	26423	SÃO CRISTÓVÃO
158393	26423	ARACAJU
158394	26423	LAGARTO
152420	26423	NOSSA SENHORA DA GLÓRIA
152426	26423	ESTÂNCIA
152430	26423	ITABAIANA



## Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – 2012- IFS

<b>PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2012</b>	
<b>VALOR PREVISTO PARA 2012</b>	<b>126.156.792</b>
<b>Programa 0089 –Previdência de Inativos e Pensionistas da União</b>	<b>22.838.997</b>
Ação 0181-Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	22.838.997
<b>Programa 2030 – Educação Básica</b>	<b>367.702</b>
Ação 20RJ - Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica	367.702
<b>Programa 2031 – Educação Profissional e Tecnológica</b>	<b>367.702.883</b>
Ação 20RG - Expansão e Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica	14.400.000
Ação 20RL - Funcionamento das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	27.767.280
Ação 2994 - Assistência ao Educando da Educação Profissional	3.181.357
Ação 6358 - Capacitação de Recursos Humanos da Educação Profissional	662.246
<b>Programa 2109 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação</b>	<b>56.939.210</b>
Ação 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	1.320.000
Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	102.000
Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	420.000
Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	2.760.000
Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos	55.361
Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	662.246
Pagamento de Pessoal Ativo da União	43.046.556
Contribuição ao Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - CONIF	39.735
Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	8.533.312

<b>COMPOSIÇÃO DA AUDITORIA INTERNA</b>				
LOTAÇÃO	SERVIDOR	FORMAÇÃO	CARGO	PERÍODO DE FÉRIAS
Reitoria	Maria Alvina de Araújo Gomes	Ciências Contábeis	Auditora	Julho
Reitoria	Max Vinícius Santana Santos	Ciências Contábeis	Assistente de Auditoria	Outubro

## Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – 2012- IFS

Campus Aracaju *				
Campus São Cristóvão	Fernando A. de Jesus Batista	Direito	Auditor	Agosto
Campus Lagarto	William de Jesus Santos	Direito	Auditor	Maio
Reitoria	Émile Dantas Cartaxo	Graduanda em Direito	Estagiária	–

\* nomeação de novo auditor para a vaga do referido Campus, através da Portaria nº 281 de 02/02/2012, esta ainda não ocupada até a presente data, 28/02/2012.

### TABELA PARA CÁLCULO DOS DIAS ÚTEIS E DAS HORAS TRABALHADAS

MÊS	JAN	FEV	MA R	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OU T	NOV	DEZ	TOTA L
DIAS	31	29	31	30	31	30	31	31	30	31	30	31	366
FERIADOS	1	3	1	2	1	2	1	0	1	1	2	1	16
SÁBADO	4	4	5	5	4	5	4	4	5	4	4	5	53
DOMINGO	5	4	4	4	4	4	5	4	5	4	4	5	52
DIAS ÚTEIS	22	20	22	20	22	20	22	23	19	22	20	20	252
HORAS/DIA	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8
HORAS/MÊS	176	160	176	160	176	160	176	184	152	176	160	160	2016

### CÁLCULO MENSAL DAS HORAS POR AÇÃO

JANEIRO			
AÇÃO	Objeto da ação	Período de execução	horas/homem
1.1	Controle da Gestão - Elaboração do RAINTE	02/01 a 17/01	480
1.4	Planejamento estratégico	18/01 a 24/01	200
1.6	Assessoramento a Gestão	02/01 a 31/01	150
1.5	Demandas da CGU e do TCU	02/01 a 31/01	50
Total de horas/homem			880

FEVEREIRO			
AÇÃO	Objeto da ação	Período de execução	horas/homem
1.2	Processo de contas anual – Relatório de Gestão	01/02 a 29/02	600
1.6	Assessoramento a Gestão	01/02 a 29/02	150

## Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – 2012- IFS

1.5	Demandas da CGU e do TCU	01/02 a 29/02	50
Total de horas/homem			800

MARÇO			
AÇÃO	Objeto da ação	Período de execução	horas/homem
1.2	Processo de contas anual – Relatório de Gestão	01/03 a 14/03	300
5.2	Registro dos termos de responsabilidade. Inventário anual de bens móveis.	15/03 a 26/03	244
1.6	Assessoramento a Gestão	01/03 a 31/03	110
1.5	Demandas da CGU e do TCU	01/03 a 31/03	50
Total de horas/homem			704

ABRIL			
AÇÃO	Objeto da ação	Período de execução	horas/homem
4.2	Processos de Dispensa e Inexigibilidade de licitação	01/04 a 16/04	400
4.4	Convênios	17/04 a 23/04	200
1.6	Assessoramento a Gestão	01/04 a 30/04	150
1.5	Demandas da CGU e do TCU	01/04 a 30/04	50
Total de horas/homem			800

MAIO			
AÇÃO	Objeto da ação	Período de execução	horas/homem
5.1	Controle de veículos	02/05 a 04/05	104
3.3	Diárias e Passagens	07/05 a 25/05	320
	Capacitação – FONAI-MEC	14/05 a 18/05	160
1.6	Assessoramento a Gestão	01/05 a 31/05	70
1.5	Demandas da CGU e do TCU	01/05 a 31/05	50
Total de horas/homem			704

JUNHO			
AÇÃO	Objeto da ação	Período de execução	horas/homem
4.1	Processos Licitatórios	01/06 a 13/06	300
4.3	Contratos	14/06 a 22/06	300

## Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – 2012- IFS

1.6	Assessoramento a Gestão	01/06 a 29/06	150
1.5	Demandas da CGU e do TCU	01/06 a 29/06	50
Total de horas/homem			800

JULHO			
AÇÃO	Objeto da ação	Período de execução	horas/homem
3.1	Auxílio transporte	02/07 a 13/07	260
4.5	Ata de registro de preço	16/07 a 24/07	244
	Capacitação – Semana Orçamentária e Financeira.	23/07 a 27/07	40
1.6	Assessoramento a Gestão	02/07 a 31/07	110
1.5	Demandas da CGU e do TCU	02/07 a 31/07	50
Total de horas/homem			704

AGOSTO			
AÇÃO	Objeto da ação	Período de execução	horas/homem
3.2	Adicional de insalubridade e periculosidade	01/08 a 24/08	576
1.6	Assessoramento a Gestão	01/08 a 31/08	110
1.5	Demandas da CGU e do TCU	01/08 a 31/08	50
Total de horas/homem			736

SETEMBRO			
AÇÃO	Objeto da ação	Período de execução	horas/homem
4.1	Processos Licitatórios	03/09 a 11/09	260
4.3	Contratos	12/09 a 20/09	300
1.6	Assessoramento a Gestão	03/09 a 28/09	150
1.5	Demandas da CGU e do TCU	03/09 a 28/09	50
Total de horas/homem			760

OUTUBRO			
AÇÃO	Objeto da ação	Período de execução	horas/homem
1.3	Paint	01/10 a 11/10	300
2.1	Suprimento de Fundos	15/10 a 24/10	244
1.6	Assessoramento a Gestão	01/10 a 31/10	110
1.5	Demandas da CGU e do TCU	01/10 a 31/10	50
Total de horas/homem			704

## Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – 2012- IFS

---

NOVEMBRO			
AÇÃO	Objeto da ação	Período de execução	horas/homem
1.4	Planejamento estratégico	01/11 a 08/11	220
4.2	Processos de Dispensa e Inexigibilidade de licitação	09/11 a 26/11	260
	Capacitação – FONAI-MEC	19/11 a 23/11	160
1.6	Assessoramento a Gestão	01/11 a 30/11	110
1.5	Demandas da CGU e do TCU	01/11 a 30/11	50
Total de horas/homem			800

DEZEMBRO			
AÇÃO	Objeto da ação	Período de execução	horas/homem
3.3	Diárias	03/12 a 21/12	600
1.6	Assessoramento a Gestão	03/12 a 31/12	150
1.5	Demandas da CGU e do TCU	03/12 a 31/12	50
Total de horas/homem			800

## Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – 2012- IFS

---



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE – IFS**  
**AUDITORIA INTERNA - AUDINT**

**PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA – PAINT/2012**  
**ANEXO I**

**AÇÕES DE AUDITORIA INTERNA PREVISTAS E SEUS OBJETIVOS**      **1/9**

**ÁREA 01 - CONTROLES DE GESTÃO**

Nº	OBJETO	AVALIAÇÃO QUANTO AO RISCO INERENTE	ORIGEM DA DEMANDA	OBJETIVO	ESCOPO DO TRABALHO	CRONOGRAMA	LOCAL	RECURSOS HUMANOS	
								HORA HOMEM	CONHECIMENTO ESPECÍFICO
1.1	RAINT/2011	Elaboração do RAIN/2011 em desacordo com a IN 01/2007 CGU.	CGU	Elaborar RAIN/2011, conforme a legislação, evidenciando a legalidade dos registros dos atos e fatos administrativos auditados.	Relato de todas as atividades executadas/recomendações/implementações nas áreas auditadas.	02/01/2012 a 31/01/2012	Auditoria Interna	480/5	IN nº 01 de 03/01/2007
1.2	Processo de Contas Anual	Não atender as normas de elaboração de prestação de contas do TCU.	CGU	Acompanhar a elaboração e verificar se a mesma está atendendo as normas e emitir o parecer da Auditoria Interna sobre o Relatório de Gestão.	Relatório de Gestão e as Demonstrações Contábeis.	01/02/2012 a 31/03/2012	Pró-Reitoria de Administração.	900/5	Legislação vigente
1.3	PAINT/2013	Elaboração do PAINT/2013 em desacordo com a legislação.	CGU	Elaborar a proposta de PAINT para o exercício 2013, conforme legislação vigente.	Planos, Metas, Objetivos, Programas e Políticas da Instituição, e resultados dos últimos trabalhos de auditoria	Outubro	Auditoria Interna	300/4	IN nº 01 de 03/01/2007



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE – IFS**  
**AUDITORIA INTERNA - AUDINT**

**ANEXO I**

**PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA – PAINT/2012**      **2/9**

**ÁREA 01 - CONTROLES DE GESTÃO**

Nº	OBJETO	RISCO INERENTE	ORIGEM DA DEMANDA	OBJETIVO	ESCOPO DO TRABALHO	CRONOGRAMA	LOCAL	RECURSOS HUMANOS	
								HORA HOMEM	CONHECIMENTO ESPECÍFICO
1.4	PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional	Não cumprimento das metas estabelecidas no PDI para o exercício de 2012, decorrente de deficiência nos procedimentos de estabelecimento de metas e de acompanhamento dos projetos/atividades	Gestão da Entidade e CGU	Verificar o cumprimento das metas planejadas e os procedimentos adotados para a consecução dos objetivos do PDI, visando subsidiar a elaboração do relato gerencial sobre o cumprimento das metas previstas para o IFS	Analisar a 10% das metas estabelecidas nas diretrizes na área da Administração, conforme as diretrizes do plano de ação do IFS para 2012.	01/11/2012 a 30/11/2012	Reitoria e Campi	420/5	Planejamento Estratégico e Legislação vigente
1.5	Orientações, Recomendações e Determinações da CGU e TCU	Não atendimento das recomendações e determinações dentro do prazo.	Gestão da Entidade e CGU	Acompanhar os atos da Gestão no desenvolvimento das recomendações e determinações da CGU e do TCU.	100% das orientações, recomendações e acordãos	Ação contínua	Reitoria e Campi	600/5	Legislação vigente





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE – IFS  
AUDITORIA INTERNA - AUDINT

1.6	Assessoramento a Gestão	Execução de atividade que não esteja de acordo com as normas do serviço público	Reitoria e Direção dos Campi	Orientar as atividades que são desenvolvidas pelas unidades, desde que exista a solicitação prévia.	100% das solicitações encaminhada à auditoria interna	Ação contínua	Reitoria e Campi	1520/5	Legislação vigente
-----	-------------------------	---	------------------------------	---	---	---------------	------------------	--------	--------------------



PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA – PAINT/2012

ÁREA 02 - GESTÃO FINANCEIRA

Nº	OBJETO	RISCO INERENTE	ORIGEM DA DEMANDA	OBJETIVO	ESCOPO DO TRABALHO	CRONOGRAMA	LOCAL	RECURSOS HUMANOS	
								HORA HOMEM	CONHECIMENTO ESPECÍFICO
2.1	Suprimento de Fundos	Utilização indevida para despesas que deve atender o processo normal de compras.	Gestão da Entidade e CGU	Analisar a utilização dos numerários destinados a pagamentos de pequenas despesas e de pronto pagamento. Constatar a legalidade, eficiência e eficácia na movimentação de disponibilidades financeiras através do uso do cartão corporativo.	20% dos processos de concessão de recursos para utilização do cartão corporativo e a tempestividade na prestação de contas dos montantes utilizados, seguindo critérios de materialidade, relevância e grau de risco.	Outubro	Reitoria e Campi	244/4	Lei 4.320/64, DEC. Nº 5355/05 e as Normas de utilização de Suprimento de Fundos conforme Manual do SIAFI



**PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA – PAINT/2012**

**ÁREA 03 - GESTÃO DE PESSOAS**

Nº	OBJETO	RISCO INERENTE	ORIGEM DA DEMANDA	OBJETIVO	ESCOPO DO TRABALHO	CRONOGRAMA	LOCAL	RECURSOS HUMANOS	
								HORA HOMEM	CONHECIMENTO ESPECÍFICO
3.1	Auxílio transporte	Apresentação de comprovantes de passagens com irregularidades. Inexistência de normativos internos.	Gestão da Entidade e CGU	Analisar os procedimentos na folha de pagamento . Para que os mesmos estejam de acordo com a legislação vigente e que sejam efetuados corretamente.	5% das concessões, seguindo critérios de materialidade, relevância e grau de risco.	Julho	PROGEP	260/4	ON N°4 SRH/MPOG/2011, Decreto 2.880/98, Medida Provisória 2.165-36/2001, Regulamentos Internos e Legislação Vigente.
3.2	Adicional de insalubridade e periculosidade	Inexistência de laudo pericial e portaria de lotação/concessão, ocasionando pagamento indevido.	Gestão da Entidade e CGU	Identificar se os adicionais de Insalubridade e periculosidade concedidos aos servidores do IFS estão em conformidade com a legislação pertinentes.	5% das concessões, seguindo critérios de materialidade, relevância e grau de risco.	Agosto	PROGEP	576/4	Lei 8.112/90, Lei 8.270/91, Decreto nº 97.458/89, ON nº2 SRH/MPOG de2010 e Legislação vigente.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE – IFS  
AUDITORIA INTERNA - AUDINT

PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA – PAINT/2012

5/9

ÁREA 03 - GESTÃO DE PESSOAS

Nº	OBJETO	RISCO INERENTE	ORIGEM DA DEMANDA	OBJETIVO	ESCOPO DO TRABALHO	CRONOGRAMA	LOCAL	RECURSOS HUMANOS	
								HORA HOMEM	CONHECIMENTO ESPECÍFICO
3.3	Diárias e Passagens	Concessão em desacordo com a legislação.	Gestão da Entidade e CGU	Analisar e acompanhar as concessões, observando se as mesmas se encontram de acordo com a legislação e normas vigentes.	10% das PCDP's, seguindo critérios de materialidade, relevância e grau de risco.	Dezembro	PROGEP	600/5	Lei 8.112/90, Decretos 5.992/2006 e 6.258/2007, Portaria nº 505 e 205 do MPOG, Portaria 403 do MEC, Instrução Normativa nº 2/PROAD/2011, Portaria nº 1309/2011/IFS e Legislação Vigente.

ANEXO I

PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA – PAINT/2012

6/9

ÁREA 04 - GESTÃO DO SUPRIMENTO DE BENS E SERVIÇOS



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE – IFS**  
**AUDITORIA INTERNA - AUDINT**

Nº	OBJETO	RISCO INERENTE	ORIGEM DA DEMANDA	OBJETIVO	ESCOPO DO TRABALHO	CRONOGRAMA	LOCAL	RECURSOS HUMANOS	
								HORA HOMEM	CONHECIMENTO ESPECÍFICO
4.1	Processos Licitatórios	Irregularidades na formalização dos processos licitatórios.	Gestão da Entidade e CGU	Verificar a formalização dos processos licitatórios da Reitoria e dos Campi do IFS, de modo a assegurar o atendimento às exigências legais pertinentes.	20% dos processos, considerados no montante auditado os de valor mais expressivo em relação aos recursos orçamentários/financeiros alocados para o exercício, bem como a relevância e o grau de risco dos processos	junho e Setembro	DEL C	560/5	Lei 8.666/93 e Legislação Vigente
4.2	Processos de Dispensa e Inexigibilidade de licitação	Os processos de dispensa e inexigibilidade não estarem de acordo com a Lei 8.666/93	Gestão da Entidade e CGU	Acompanhar, analisar e avaliar os processos, com objetivo de evitar dispensas e inexigibilidade que não estejam embasadas na Lei 8.666/93	10% dos processos, segundo critérios de materialidade, relevância e grau de risco	Abril e Novembro	DEL C	660/5	Lei 8.666/93 e Legislação vigente

**ANEXO I**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE – IFS**  
**AUDITORIA INTERNA - AUDINT**

Nº	OBJETO	RISCO INERENTE	ORIGEM DA DEMANDA	OBJETIVO	ESCOPO DO TRABALHO	CRONOGRAMA	LOCAL	RECURSOS HUMANOS	
								HORA HOMEM	CONHECIMENTO ESPECÍFICO
4.3	Contratos	Discordância entre o edital e o contrato, irregularidades entre as cláusulas contratuais e a Lei 8.666/93 e a execução divergente com o que foi pactuado no contrato.	Gestão da Entidade e CGU	Verificar se: os contratos estão sendo elaborados conforme o edital e a Lei 8.666/93; estão sendo executados de acordo com as cláusulas contratuais; os fiscais estão acompanhando a execução do mesmo.	10% dos contratos em vigência, seguindo critérios de materialidade, relevância e grau de risco	Junho e Setembro	DEL C	600/5	Lei 8.666/93 e Legislação vigente

**ANEXO I**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE – IFS**  
**AUDITORIA INTERNA - AUDINT**

Nº	OBJETO	RISCO INERENTE	ORIGEM DA DEMANDA	OBJETIVO	ESCOPO DO TRABALHO	CRONOGRAMA	VII LOCAL	VIII RECURSOS HUMANOS	
								HORA HOMEM	CONHECIMENTO ESPECÍFICO
4.4	Convênios	Desvio do objeto do convênio, execução fora do prazo de vigência e atraso na prestação de contas.	Gestão da Entidade e CGU	Analisar e acompanhar com o objetivo de verificar se: o objeto do convênio foi cumprido; a execução foi dentro do prazo estabelecido e a prestação de contas foi entregue dentro do prazo. Evitando assim a necessidade de devolução por não cumprimento do convênio conforme a sua cláusula.	10% dos convênios e prestações de contas, seguindo critérios de materialidade, relevância e grau de risco	Abril	PROAD	200/5	Lei 4.320/64, Lei 8.666/93 e Legislação Vigente
4.5	Ata de registro de preço	Impropriedade na adesão em descumprimento a legislação em vigor.	Gestão da Entidade	Analisar as contratações através das adesões de atas de registro de preço e a sua adequação à legislação aplicável.	10% das adesões a ata de registro de preço, seguindo critérios de materialidade, relevância e grau de risco	Julho	DELC	244/4	Decreto 3.931/01, Lei 8.666/93 e Legislação Vigente

**ANEXO I**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE – IFS**  
**AUDITORIA INTERNA - AUDINT**

Nº	OBJETO	RISCO INERENTE	ORIGEM DA DEMANDA	OBJETIVO	ESCOPO DO TRABALHO	CRONOGRAMA	VII LOCAL	VIII RECURSOS HUMANOS	
								HORA HOMEM	CONHECIMENTO ESPECÍFICO
5.1	Controle de veículos	Utilização indevida dos veículos oficiais.	Gestão da Entidade e CGU	Verificar a eficiência, eficácia e efetividade dos controles na utilização da frota de veículos oficiais.	O controle utilizado para um período de 30 dias referente a 10% da frota de veículos do IFS.	Maior	COPAT	104/4	Lei 9.327/1996, Decreto 6.403/2008 e Legislação vigente
5.2	Registro dos termos de responsabilidade; Inventário anual de bens móveis.	Impropriedade nas rotinas do Setor de patrimônio, em geral, levando a uma má utilização dos recursos públicos.	Gestão da Entidade e CGU	Verificar a eficácia e eficiência do controle, utilização e conservação dos bens móveis.	1% dos bens registrados no inventário, seguindo critérios de materialidade, relevância e grau de risco	Março	COPAT	244/4	IN 205-88, Lei 4.320/64, e Decreto 200/67





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE – IFS  
AUDITORIA INTERNA - AUDINT

**AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E CAPACITAÇÃO PREVISTAS PARA O FORTALECIMENTO DAS ATIVIDADES DA AUDITORIA INTERNA NA ENTIDADE**

<b>Evento</b>	<b>Discriminação</b>	<b>Período</b>	<b>Duração</b>	<b>Abrangência</b>	<b>Justificativa</b>
Semana Orçamentária e Financeira	Participação em diversas oficinas.	Primeiro Semestre ou Segundo Semestre	40 horas	Controle na Administração Pública; Auditorias Internas; Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal; Controle Externo; Prestação de Contas Anual (ordinária); Principais Fraudes na Administração Pública; Introdução a Contabilidade Aplicada ao Setor Público; Introdução às normas nacionais e internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Públicos; Suprimento Fundos – Legislação; MCASP - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP e Lançamentos Contábeis Típicos da Administração Pública e Entendendo a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF	A participação nas oficinas vai ser de suma importância para capacitação nas diversas áreas de atuação da auditoria, bem como para acompanhar a eficiência, eficácia, efetividade e economicidade no âmbito da Gestão do IFS.
Fórum	<ul style="list-style-type: none"><li>• XXXVI Fórum Nacional dos Auditores Internos das Instituições Vinculadas ao Ministério da Educação ( FONAI-MEC).</li><li>• XXXVII Fórum Nacional dos Auditores Internos das Instituições Vinculadas ao Ministério da Educação ( FONAI-</li></ul>	Previsão de realização: maio de 2012, a ser confirmada. Novembro de 2012, a ser confirmada.	40 horas 40 horas	Discussões de assuntos polêmicos, visando à padronização de procedimentos nas ações das Unidades de Auditoria Interna das Instituições vinculadas ao MEC.	A participação nos fóruns garante a padronização das ações das Auditorias Internas do Ministério da Educação, disseminação do conhecimento que cada uma tem em áreas específicas e uma maior aproximação com a CGU e o TCU, pois os mesmos são convidados para participarem do evento. Tendo como objetivo o fortalecimento das mesmas junto as suas entidades.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE – IFS  
AUDITORIA INTERNA - AUDINT

Capacitação em ambiente virtual	MEC).	Previsão de 12/03/12 a 30/04/2012	A definir	Curso “Controle e Auditoria Interna”, como parte do Programa de Orientação e Capacitação dos Gestores Públicos Federais (CAPACITA) da Controladoria Geral da União em parceria com o Ministério da Educação.	Oportunidade para capacitação e fortalecimento das unidades de controle interno da rede das Instituições do MEC.
---------------------------------	-------	-----------------------------------	-----------	--	--